

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA: UM OLHAR DE SUAS (DES)EFETIVAÇÕES EM PRESIDENTE PRUDENTE

Fernando Silva de Ávila
Isabel C. Giamarino Moreira
Antonio E. G. Sobreira¹

RESUMO: A situação dos trabalhadores do setor da Cultura no município de Presidente Prudente-SP serve como um exemplo das precárias condições de trabalho na área. Será esboçado aqui um relato de experiências; recorte da situação do grupo Rosa dos Ventos, e da Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas - FPTAI, em suas buscas por recursos privados e públicos nas esferas municipal, estadual e federal. A intenção é explicitar o que ocorre em uma cidade média do interior do estado de São Paulo, e identificar possibilidades de avanço e persistências na busca por melhores condições de trabalho diante das lógicas de mercado da indústria cultural, e de políticas públicas de cultura com baixo desenvolvimento e abertura ao debate - realidade comum a muitos municípios do país. Não será, portanto, um recorte teórico, embora se reconheça avanços e trabalhos com maior verticalidade nos temas aqui anunciados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Culturais, Trabalhadores da Cultura, Mercado Cultural, Sustentabilidade Cultural

I - Os atores sociais envolvidos e problematização

As avaliações que seguem surgiram da experiência do grupo Rosa dos Ventos, FPTAI, Ponto de Cultura Prudente em Cena, da participação no Fórum Paulista do Interior e Litoral de Políticas Culturais, no Conselho Municipal de Cultura de Presidente Prudente, na Rede Brasileira de Teatro de Rua e em diversos debates em festivais, eventos e reuniões para os quais fomos convocados a falar como sujeitos e realizadores de políticas públicas. De algum modo, as participações e debates citados estão materializados na Revista e no Blog “Rego do Gorila”, além de todos os blogs de amigos que publicam esses debates e nos oferecem seus acúmulos para incluir em nossas redes.

O Grupo Rosa dos Ventos realiza circulação de espetáculos de circo e teatro de rua desde 1999, experiência que permite a observação e percepção do empobrecimento dos grupos de arte em todo o país, independente do tempo de existência dos mesmos, ou tamanho de suas cidades sedes. O voluntarismo e o caráter amador marcam o desenvolvimento dos trabalhos na grande maioria da produção de arte nessas localidades. Poucos grupos de fato

¹ Fernando é o Palhaço 10 pras Sete do Grupo Rosa dos Ventos; Isabel é a Palhaça Atetéia do Grupo Quévê Vemvê; e, Antônio é o Palhaço Fezes do Grupo Rosa dos Ventos. Os autores são todos membros da FPTAI (federacaoprudentinadetatro@hotmail.com).

vivem do fruto de sua arte produzida. A política pública proposta, em todos os níveis - municipal, estadual e federal - não nos contempla ou se limita a contratações esporádicas de espetáculos, sem qualquer noção de continuidade, fomento, estabilidade e sustentabilidade das ações de desenvolvimento da cultura.

A FPTAI foi criada em 2001 e agregava exclusivamente pessoas do meio teatral. Teve durante muitos anos um papel de reunir artistas para cobrar políticas públicas do poder local, mas ao mesmo tempo aceitando a compra de contratos de circulação com critérios nebulosos. Em 2009, com a aprovação do Ponto de Cultura Prudente em Cena, conseguiu alugar um galpão e ter um orçamento próprio para realizar atividades culturais em bairros de baixa renda e com pouco ou nenhuma acesso aos bens culturais. Depois de 2010, muitos grupos associados decidiram se desligar da FPTAI em decorrência das perseguições políticas, falta de identidade com ações coletivas, rompimento de acordos e por incapacidade de elaborar e executar projetos. Atualmente composta pelos grupos Rosa dos Ventos, Quêvê Vemvê, Brincantes do Pisa Chão, Os Mamatchas, Mocambo Groove, Bloco Percussivo Maracanóis (além de mais quatro grupos artísticos parceiros em processo de associação), congrega cerca de vinte artistas associados, efetivou três editais públicos coletivamente, e mais três projetos com recursos públicos geridos por associados, a saber: Ponto de Cultura Prudente em Cena (Convênio MinC/SEC-SP), Festival 12 anos Rosa dos Ventos (ProAC/ICMS), Borboleta Transparente (ProAC/Edital), Projeto Ademar Guerra (grupos Brincantes do Pisa Chão e Os Mamatchas); Periferia em Cena – Teatro nos Bairros (edital Ensaando um País Melhor); projeto Pontinho de Cultura Animando a Vila Brasil e no edital Bolsa Cultura Jovem do MInC.

Durante esses anos observamos muitos grupos perderem suas sedes, veículos e capacidade produtiva frente às exigências do mercado privado e as desiguais condições competitivas com a chamada indústria cultural. Muitos contratos exigem um nível de formalização e de trabalho concluído, que só é possível de existir quando há um esforço de elaboração, ao longo de anos, por meio de investimentos próprios. Exigindo, assim, que esses profissionais estejam empregados em outras atividades remuneradas e não a serviço da profissionalização e qualificação de seus trabalhos artísticos.

Dentre as inquietações a serem tratadas aqui destacamos elementos do ponto de vista do teatro de rua e circo e dos editais dos quais participamos, quais sejam: a inadequabilidade de alguns editais e prêmios para os atores interessados; as divergências entre as políticas de renúncia fiscal e o fomento à cultura; formação de público; descontinuidade do fomento;

ascensão de grandes produtoras culturais em detrimento dos atores; economia criativa e sustentabilidade; e opções dos atores diante do quadro apresentado.

II - Histórico e contexto das políticas públicas nacionais e a experiência no Município de Presidente Prudente.

Algumas ações, programas e políticas culturais são entrecortadas na prática do local, por isso, um mesmo tema nacional está presente no local e na interação com as políticas estaduais, mas de fato elas sempre são sentidas e exercidas no local, na municipalidade e nos atores que se delegam servir dessas políticas. Optaremos por seguir da esfera federal, estadual à municipal, em que preferimos localizar o debate sobre o Sistema Nacional de Cultura, que plausivelmente também se localizaria a contento no debate do Governo Federal, porém, nos parece mais pertinente como iremos abordar em escala municipal e de forma alguma seria cabível na esfera estadual que se isenta sistematicamente em colocar esse debate em pauta.

a) Percepção das Políticas Culturais e o Governo Federal

Em nossa avaliação a política cultural federal chega num formato padrão em todo o país e, em parte, é o que se espera de editais e prêmios públicos; mas embora essa política se mostre justa, igualitária e abrangente, na prática acaba por desconsiderar as enormes peculiaridades, as limitações locais e regionais que desfavorecem a concorrência e mesmo a elaboração de projetos. Alguns editais tentaram corrigir isso, inclusive os prêmios foram mais democratizantes por aceitar trabalhar com pessoa física diante de grupos artísticos e comunidades não formalizadas.

Se os grupos artísticos optam por não participar da política de editais proposta pelos governos, acabam em situação ainda mais delicada e sem acesso a esses recursos. De uma forma ou de outra, os projetos exigem algum nível de formalização jurídica e contábil, quando todos sabem que essas iniciativas sobreviveram à margem das formalidades, relatórios e prestação de contas.

Em sua maioria, os editais não são suficientes para favorecer a autonomia dos grupos, tampouco a sustentabilidade cultural. Excetuando um edital da Petrobras que abriga projetos contínuos por mais de dois anos, a maior parte oferece, no máximo, um ano de suporte. E ainda exigem uma qualificação empresarial da apresentação dos projetos que inibe trabalhos de qualidade de concorrer ao processo.

Os editais cumprem ainda uma função mais específica de circulação e compra de espetáculos, mas não priorizam a estruturação de grupos, desenvolvimento permanente e fomento. Os grupos optam por entrar no mercado ou participar dos editais públicos para garantir uma sobrevivência e não o progresso dos seus trabalhos. Agrava-se o quadro quando os trabalhos construídos são críticos do mercado e do conservadorismo político e econômico. Os projetos devem ser ‘descafeinados’, cordatos, comportados, especialmente difusos no endereçamento de suas críticas, ou seja, quanto mais pasteurizado for o trabalho e menos questionador, maior a chance de ser patrocinado.

No caso dos projetos patrocinados através de leis de renúncia fiscal é seriamente verdadeira a censura. Já que às empresas é dado o direito pleno de censurar propostas, dissimuladamente (ou explicitamente) do ponto de vista ideológico, na medida em que elas se restringem a patrocinar somente projetos que lhes tragam mais lucro, seja pelo formato que couber a esse objetivo (marca, responsabilidade ambiental, grupo consumidor, educação ou qualquer outro objetivo de mercado da empresa ou de mitigação de impactos - empresas de bebidas, tabaco, automotores, agroexportadoras, de biomassa, etc.).

O poder de seleção que se nega ao Estado realizar, alcunhado de patrulha ideológica, mas que aprova projetos com ampla diversidade ideológica, é repassado com um crivo de censura aos setores de marketing de empresas para castrarem o que lhes convier e para associar os projetos culturais aos seus préstimos e não a serviço de uma política de acessibilidade aos bens culturais. Nega-se a censura ao Estado que com todas as contradições faz compor comissões de notáveis na seleção de projetos e oferece a equipes de visão mercadológica o direito de Censura Cultural de quem não investe em cultura.

Esse mesmo aspecto ocorre de modo mais grave nas leis de renúncia fiscal do Estado de São Paulo. Enfim, a renúncia fiscal em qualquer escala é sinônimo de censura no que tange ao financiamento da cultura. Pode servir bem aos esportes que são competitivos, mas para a cultura é danoso à diversidade e direitos à cultura.

No contexto geral, a meta de formar público esbarra na falta de infraestrutura para fruição cultural. Assim, não há cinemas, teatros e demais espaços abertos e fechados qualificados tecnicamente e com políticas de circulação permanente para fruição cultural. Ou quando existem, são todos localizados nas áreas centrais, menos populosas e de melhor renda da cidade. Servem a grandes eventos municipais e a espetáculos comerciais realizados por produtoras que cobram valor inacessível ao público de baixa renda (maioria da população).

São elefantes brancos chamados de teatros e cinemas, mas que servem mais de centros de convenções.

Então, se os projetos culturais optam por bairros de baixa renda, fora de eixos de maior visibilidade, no interior mais profundo, ou por apresentação de rua para grupos vulneráveis, sem tetos, sem terras, desempregados, sistema carcerário, saúde mental, ou ainda por cidades pequenas e sem destino de grupos de mercado consumidor e em áreas rurais, e além disso tudo, não ser um projeto que prestigia a peça publicitária e a vitrine das atividades com nome dos patrocinadores públicos e privados, certamente, são iniciativas que tendem a ser descartadas, fragilizadas, marginalizadas - aguardando o inaguardável.

Os grupos e produtoras especializadas em realizar projetos palatáveis para o setor público e privado tendem a destinar a totalidade de seus projetos para locais densos, de alta renda e de alta visibilidade em grandes centros, por vezes limitando-se a três quadras da cidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Toda essa priorização centralista e densa tem um aporte técnico e de qualificação de projetos tão arrematados que pulam na frente de projetos de grupos autogeridos, do interior e litoral, que tenham menos aporte elaborativo e técnico do ponto de vista dos avaliadores.

b) Relação com a política cultural estadual

O Governo do Estado investe em várias políticas culturais importantes, tais como: projeto Ademar Guerra de orientação de grupos teatrais do interior e litoral; Virada Cultural do Interior, Mapa Cultural Paulista, Programa de Ação Cultural por edital e por renúncia fiscal, oficinas culturais e, desde 2010, há o convênio MinC e SEC/SP para estabelecer e co-gestar 301 Pontos de Cultura. Além desses programas há outros efetivados diretamente entre poder estadual e municípios, que são específicos.

Os investimentos são importantes, mas não estão em discussão e abertos a críticas. Foi criado um Fórum de Políticas Públicas para a Cultura do Litoral e Interior, visto que a capital possui uma política de investimento municipal robusta e os grupos são mais profissionalizados do que em outros lugares do estado. O fórum, em sua quinta reunião, pretende uma mudança nas cotas de ProAC Editais e ICMS, que são dispares entre si e também no que oferecem de cotas de aprovação para outros lugares do estado, visto que a capital tem concentrado a maior parte dos projetos aprovados. A fase que se encontra é nivelar discursos, qualificar solicitações e articular uma audiência pública com poder executivo e

legislativo para favorecer alguns diálogos e aprimoramentos dessas políticas culturais do Estado de São Paulo.

No que tange aos Pontos de Cultura, tanto MinC como SEC adotaram de início o nome Prêmio Ponto de Cultura, mas a relação é de convênio e dentro das leis que o rege semelhante a todos os editais públicos dos governos, que formalmente equipara a prestação de contas e serviços de ações culturais equivalente ao de uma construtora de viadutos. Depois de 2010, os técnicos responsáveis pelas capacitações definidas em contrato, assumiram um discurso de sustentabilidade e de economia criativa que se imbricam em alguns momentos e passaram a adotar uma forma de pressão para esses pontos de cultura se autofinanciarem, embora a maioria seja entidade sem fins lucrativos, que são impossibilitadas legalmente de vender serviços. Este semi-empresariamento exigido é incompatível com a lei de associações, mas ainda assim se exige uma postura de eficiência comercial financeira.

No que tange à pressão para estabelecer Sustentabilidade necessita-se realizar uma consideração radical, quer dizer, que decifre como alguns conceitos são usados com intenções ideologizantes. Sustentabilidade é um conceito que nasceu, ou pelo menos ganhou forma e clareza, dentro dos estudos e movimentos ambientalistas, que clamaram atenção para o consumo desfreado (e estúpido) dos recursos naturais. É, portanto, um conceito essencialmente ligado à necessidade de preservação e evolução da espécie humana. A Economia Criativa, por outro lado, diz respeito a tudo aquilo que não esgota os recursos naturais, mas que, ao contrário, está ligado aos recursos intelectuais e criativos, que são inesgotáveis por natureza e, mais ainda, tendem a crescer e se multiplicar na medida do seu uso. Anterior ao debate da Economia Criativa é o do Desenvolvimento Sustentável, não em importância, mas em ordem cronológica. O desenvolvimento sustentável propugnava que não há crescimento econômico sem investimento em educação, saúde e na redução das desigualdades sociais e de renda, entre outros itens.

Hoje, os estudos mais avançados em Sustentabilidade consideram a amplitude do conceito, que deve incluir aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, de forma global e orgânica (não fragmentada), ou seja, naquilo em que todos esses aspectos se ligam uns aos outros, se alimentam uns dos outros e geram sinergias. Para falar especificamente do aspecto cultural (sem esquecer as outras vertentes) é preciso considerar as dinâmicas e mudanças trazidas pela modernidade, naquilo em que dinamizam e influenciam a cultura, de um modo geral. Porém, é um enorme equívoco considerar que tais mudanças e dinâmicas são aquelas trazidas pela indústria cultural, predominantemente marcada pela massificação e

homogeneização da arte, e pela oferta do produto descartável, que alimente os lucros empresariais.

A cultura está, em sua essência, marcada pela história da humanidade, por diferentes valores humanos, hábitos, crenças, línguas, comidas, tradições orais, etc.; portanto, não pode ser pensada separadamente de todos esses aspectos que, em síntese, consideram o ser humano na sua pluralidade e diversidade; por natureza e necessidade de sobrevivência e evolução, o ser humano é diverso e plural. E a cultura é considerada por antropólogos, sociólogos e historiadores como o bem mais permanente da humanidade.

As políticas públicas, em destaque o discurso da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, distorcem o conceito de sustentabilidade traduzindo-o como autofinanciamento dos grupos artísticos, e o conceito de economia criativa limitado ao cerco da indústria do entretenimento. São equívocos gravemente reducionistas, que carregam a difusão da ideologia de “produtos artísticos comercializáveis”. Parece que tudo isso está demasiadamente carregado da ideologia de mercado.

A continuidade dessa política genericamente compreendida como neoliberal (e disfarçada de inovação e “ajudinha” do Estado aos grupos artísticos) pode levar à extinção da cultura nas suas características mais amplas, plurais e diversas, assim como o consumo desfreado dos recursos naturais tem levado à devastação de florestas e extinção de ecossistemas.

O teatro, o circo, a dança, o carimbó, o siriá, a catira, a folia de reis e tantas outras manifestações artísticas são anteriores ao sistema capitalista financeiro ou de mercado e resistem bravamente à massificação e homogeneização impostas pela indústria cultural. Como dizer, então, que não são culturas sustentáveis?

Embora o Governo Federal prestigie mais o debate sobre Economia Criativa, não está ele ausente desse diálogo sobre sustentabilidade. E num caso como no outro se percebe pouca distinção do que é arte pública para o público sem acesso às artes do que é uma tendência da criatividade fomentar a economia, e como os bens culturais deveriam se modelar para se transmutar em bens comercializáveis.

A SEC-SP tem sido, em todos os segmentos, parcial, acrítica, e com poucas bases de informações esclarecidas e nítidas. No que tange aos investimentos de renúncia fiscal não oferece a lista de empresas cadastradas como faz o Governo Federal com as empresas cadastradas pela lei Rouanet. A lei de renúncia fiscal, seus procedimentos, a presença de grandes produtoras e toda essa relação entre governos estadual, empresas, terceirização de

ações culturais e interesse comercial das empresas patrocinadoras e das empresas captadoras é um emaranhado bastante blindado a questionamentos. No fim, como qualquer lei de renúncia fiscal, se joga para as empresas um capital que é público, para que nela coordene o movimento cultural, ainda tendo benefícios de pagar menos impostos.

Enfim, as demais políticas citadas oscilam profundamente segundo a voracidade do poder público executivo de cada município. Há municípios e artistas que nem recorrem a esses programas, outros, mesmo de oposição, solicitam e recebem as atividades oferecidas. O governo estadual raramente pede contrapartidas e exige que os municípios invistam seus orçamentos em cultura. As circulações de espetáculos pela Virada Cultural e demais programas sofrem influências políticas e não são consultadas a sociedade civil e atores culturais locais sobre a efetividade da proposta. O Governo do Estado não exige prestação de contas públicas dos recursos investidos e no conjunto de suas políticas não se pode avaliar se há ou não probidade na execução desses recursos, embora este governo se coloque como um guardião fiscal das contas públicas.

De um modo ou de outro, com pouquíssimas exceções o procedimento do Governo do Estado é o de contratar OCIPS ou empresa terceirizadas que irão, supostamente a menor custo, realizar a política pública de cultura estadual que deveria ser realizada pelo Estado. A cultura é vítima dessa terceirização dissimulada em política pública para a cultura.

c) Relação com o poder municipal local

Depois de anos participando da política de balcão (compra de espetáculos sem ser via editais públicos) proposta pela Secretaria Municipal de Cultura de Presidente Prudente, inicia-se, em 2008, a busca por recursos que de fato melhorassem as condições de produção de arte para a cidade. Assim, as instâncias em que participamos e pudemos atuar são apenas potenciais espaços para questionamentos improdutivos e infrutíferos, devido à alta influência do poder local e pouca qualificação técnica e política para o debate que exige o tema.

A primeira tentativa de obter recursos na forma de editais foi buscada através da subvenção social e cultural presente no orçamento municipal, que, por lei, a FPTAI teria direito, mas que nunca pôde solicitá-la em decorrência das exigências documentais e burocráticas, que em última instância dão à Secretaria poder de solicitar ou dispensar documentos.

No ano de 2008, na mudança de governo, a subvenção de 120 mil reais destinada ao teatro, em nome da FPTAI, foi transferida para outro setor municipal e resultou na ocupação de um dia da Secretaria Municipal de Cultura, mas que no desenrolar não obteve mudança na decisão do poder executivo recém empossado.

Diante do descompromisso do poder público local decidimos participar do Conselho Municipal de Cultura (COMUC) e ajudar para seu devido funcionamento e inserção do município no Sistema Nacional de Cultura. Depois de um ano de representação e de exigências de esclarecimentos sobre prestação de contas, fomos surpreendidos por uma lei que retirava nossa participação formal do COMUC (infringindo o regimento interno do mesmo), e assim fomos postos para fora do debate oficial e passamos a atuar com críticas nas redes sociais, jornais e fóruns abertos; sem, entretanto, resultados satisfatórios.

Com o recebimento de recursos do Ponto de Cultura Prudente em Cena - MinC/SEC-SP (2010-2013) conseguimos nos tornar protagonistas da política cultural local e, por conseguinte, estivemos no cerne de debates sobre políticas públicas. Entretanto, sem efeitos diretos de nossos questionamentos.

Deste modo, ainda que ausentes do debate formal e oficial, estivemos de algum modo pautando a discussão sobre política pública de cultura municipal que realizávamos em bairros de baixa renda e sem nenhum acesso aos bens culturais públicos.

Em decorrência desse cabo de força cremos ter influenciado o primeiro edital municipal, Edital GiraArte Circulação Bairros em 2011/2012, para contratação de artistas e grupos comporem a programação oficial da secretaria de cultura, com recursos de até 200 mil reais destinados a bairros da cidade. Uma de nossas críticas mais acentuadas à distribuição de verbas e democratização do acesso à cultura é que os investimentos locais ficam todos no centro da cidade, em lugares e horários que dificultam o acesso da grande maioria da população. A contratação de grupos e artistas se dava sem qualquer critério público formalizado, e ainda continua sendo assim feito. A avaliação técnica do edital feita por nós sugere uma série de erros que indicam o baixo grau de seriedade e respeito ao interesse público com que foi elaborado e executado. Por essas reticências técnicas e vendo que o edital era prejudicial aos artistas preferimos não participar, pois teríamos que realizar três apresentações pagas por nós é só após é que poderíamos receber o recurso, ainda em apresentações que dependeria do agendamento da Secretaria de Cultura numa espaço de tempo de 12 meses.

Não podemos falar de avanços do ponto de vista de seus conteúdos, mas mudança de cenários que antes estavam bloqueados. Desde 2012, durante as campanhas municipais, foi inserida a pauta de que Presidente Prudente efetivasse os acordos com o Sistema Nacional de Cultura. De fato o que ocorre é um atropelamento dos debates e encaminhamentos empurrados para cumprir formalidades do acordo. O Ministério da Cultura Sudeste é informado de todo esse processo, mas se atêm dizer que não podem influenciar e intervir no âmbito municipal. O processo com cara de democrático e público, todavia é feito unilateralmente, com resistência ou posicionamentos efetivos do Conselho Municipal de Cultura.

Em meio ao vazio de posição política, no início de 2013 aprovou-se a Lei do Sistema Municipal de Cultura por unanimidade na Câmara de Vereadores, sem antes ter sido lida e debatida pelos interessados. Uma das lutas era para que o Conselho de Cultura se tornasse deliberativo e assim protagonista da política cultural local, mas isso não foi conquistado e a lei aprovada é uma cópia sem inclusões das demandas dos movimentos.

Defende-se que o papel a assumir é sempre o de debater, apontar as falhas dessa democracia burguesa (melhor seria ditadura burguesa) ou de uma elite cultural alicerçada em grandes produtoras. Assim, desvelar como esses programas criados não contemplam as artes e a cultura brasileira. No entanto, eles existindo e sendo possível sua utilização, não devemos abrir mão de sua utilização, inclusive para combatê-los.

III - Os avanços e resistências das políticas culturais

As políticas públicas para cultura implementadas nos últimos 12 anos nos foram bastante favoráveis e vimos o surgimento de um novo debate estruturante do Sistema Nacional de Cultura, do surgimento de prêmios que desburocratizam o acesso a recursos federais.

A posição de muitos de artistas e grupos é negociar melhorias nessas políticas, mas não estão em pauta que o estado faça o acordo com o Sistema Nacional de Cultura e não é consenso que se deve vincular 2% do orçamento federal, 1,5% do estadual e 1% do municipal para a pasta da cultura. O estado de São Paulo se nega debater entrar no SNC, logo, as disposições municipais nesse processo também acabam mais lentas do que seria esperado.

Os debates sobre os direitos autorais e sobre a reformulação da Lei Rouanet e outros fundos e prêmios, ainda que guardando incompletudes, lacunas, desigualdades, foi e é, sem dúvida, uma revolução comparativamente aos cenários anteriores.

Houve capilarização de recursos jamais vista na história de implementação de políticas culturais pelo Governo Federal e isso provoca uma dialética e resposta do Governo Estadual que são aparentemente oposições, mais partidárias que políticas em alguns casos.

As distorções de projetos culturais aprovados pela Lei Rouanet como o destinado ao Circo do Solei, Maria Bethânia e recentemente o do Michael Jackson mostra claramente que o que vale é uma eficiente produtora cultural associada a uma grande marca nacional e internacional para vender bilhetes de R\$600,00 pela metade do preço a título de ter sido amenizada a captação de recursos públicos. Indiferente ao mérito artístico das propostas, o fato é que há na lei de renúncia fiscal um ranço poderoso das empresas censurando o que lhes melhor cabe esteticamente, de conteúdo e o que lhes fará figurar publicamente como empresas responsáveis. Qualquer mínimo impacto ambiental da Petrobras custará mais caro do que 10 anos de investimento em cultura realizado por essa empresa no Brasil. Ainda que seja ela, sem dúvida nenhuma, a que mais investe em cultura e diversidade do país.

A saber, ainda pegam essas empresas o capital que seria de impostos e o destina para melhorar a imagem diante de um público de elite, mais qualificado em fruição cultural, que é formador de opinião pública geral e também para cultura. Então, cabe aos grupos do interior do Brasil e de cidades fora dos eixos vitrine dessas produções lutar por empresas sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro que não se interessam ter suas marcas em projetos de Macapá, de Campo Grande, por exemplo. Afinal, os artistas de projetos desses lugares não são vultos nacionais e não estarão em talk shows, nas revistas de fofocas, nos comerciais e em outros lugares de evidências nacional.

As empresas se preocupam o mínimo com o conteúdo cultural e o grande retorno delas não vem da circulação e exibição de suas marcas, mas da fabricação de imagens pela indústria cultural nacional coladas em suas marcas.

Como se ressaltou anteriormente, a lei de renúncia fiscal no Estado de São Paulo é até mais severa nessas opções de mercado e suas escolhas em patrocinar os projetos culturais.

O recurso público federal e estadual para a política cultural está sequestrado pelas produtoras culturais mais eficientes, por pacotes comerciais mais palatáveis pela mídia e finalmente por um bolsão burocrático que ambigualmente terceiriza a ação cultural se dizendo fortalecida e ampliada por trabalhadores da cultura que não avançam na sua sustentação,

mantendo precarizada suas forças de trabalho, virando proto-servidores públicos da cultura, multiplicando os recursos oferecidos em duas, três ou mais vezes o valor inicial por trabalho não pago, voluntário e diletante; já que nunca houve tanto recurso disponível. Não há possibilidade de pensar em INSS, FGTS, 13º salário, férias ou licença remuneradas quando o valor destinado a cachês tem que ser o menor possível na tentativa de se aprovar projetos.

E isso tudo ainda é feito como se esses grupos fossem equivalentes a uma construtora de barragens: regidos pela mesma lei de prestação de contas.

No que tange ao papel do SNC, verificamos que tudo que acreditamos ser avanços no campo da democracia se mostrou farsesco na realidade, pois as famosas destinações de verbas vinculadas à cultura são avanços, mas elas serão destinadas a todas as funcionalidades das secretarias estaduais e municipais de cultura, mas não para as iniciativas e fomento à cultura. Aparece ser um avanço e poderá ser na maioria dos municípios do país que não destinam orçamentos anuais para o segmento da cultura.

Infelizmente o que se esperava de democrático no SNC ainda não se efetivou e se almeja que com a fiscalização do SNC o Sistema Municipal de Cultura de Presidente Prudente possa ser questionado em sua realização quando estiverem envolvidas verbas federais, e o seu mal uso.

IV - Mercado

O mercado é tacanho, duro e volúvel. No caso do Rosa dos Ventos e dos demais grupos da FPTAI há o que chamados de "quadrado S/A", que são trabalhos de recepção e festas, de cortejos e apresentações oferecidas para empresas públicas e privadas e até de serviços públicos sociais. Noutros casos as empresas e órgãos públicos querem que façamos peças sobre saúde dentária, acidente de trabalho, meio ambiente, violência contra a mulher, e tantas outras demandas importantes, mas sem qualquer pressuposto de que a cultura e a arte têm valor em si.

Normalmente as cidades querem associar as atividades culturais aos seus eventos promocionais e festivos e as empresas a "missões das empresas" estilo a lógica dos 5 Ss ou mais recentemente a "Filosofia da Empresa" ou "responsabilidade social e cultural" inscritos nos sites corporativos, que somos obrigados a visitar para saber se essas empresas revertem recursos para o setor cultural.

O mercado é dissimulado, pragmático e absorto em inquietações que dificilmente encontram nexos de diálogo com os artistas. De alguma forma o SESC tem sido um fiel da

balança em valorizar o trabalho dos artistas, mas é feito completamente dissociado do conteúdo e motivação política que leva um grupo de black music, teatro do absurdo ou de outras frentes culturais indissociáveis da construção cultural e estética desses artistas.

O mercado deseja ser feliz e não ser questionado, então não compra facilmente um trabalho que o coloque em questão. Os artistas têm que reduzir a carga crítica porque o público envolvido precisa voltar para casa dentro de uma zona de conforto moral, ético e de justiça social apazível e irrelevante. O que se define em algumas palavras já anunciadas aqui, tais como: cultura pasteurizada, acidulada, descafeinada, ligh, zero-calórica, desnatada e sem sal.

Nesse contexto, campeia o conservadorismo, a censura e o sequestro de recursos que deveriam ser públicos.

O mercado de orçamentos municipais que contratam esses grupos também se apropria ou impõe a apropriação obrigando a que suas marcas eletivas e de políticas culturais eventuais figurem e flamulem em seus folders e bandeira como fruto de política cultural de investimento, quando na realidade só avança no investimento de suas políticas eleitorais.

À guisa de conclusões

Os eixos que mais nos provocam reflexões são como realizar um política pública de cultura verdadeiramente pública!?

Quer dizer: que não seja uma política de sustentação de grupos de arte, mas efetivamente de que o capital empregado em iniciativas culturais seja, majoritariamente, de caráter público!

Desejamos que o mercado seja pautado pela política cultural nacional e seus mentores de diretrizes e inquietações sobre os Direitos Humanos à Cultura e não que o mercado paute a cultura.

Defendemos que os estados e as municipalidades e governo federal migrem de intencionalidades de programas de governos para leis substanciadas na democracia e no interesse público. E quando isso não ocorrer, que o Conselho Nacional de Cultura e Ministério Público sejam guardiões isentos para impedir a influência e intervenção do poder executivo e empresários contra os interesses públicos dos artistas e conselheiros.

Apostamos que os espaços, orçamentos e práticas de propriedade pública, respeitem as práticas democráticas e sejam regulamentadas, e ainda, que sejam apropriadas e oferecidas em caráter público.

E negar recursos às iniciativas de cunho comercial, tal como os "Forrós de Plástico" para servir de uma terminologia do Chico Cezar que se negou, como dirigente cultural de João Pessoa, a pagar grupos de forró comercial para favorecer o forró "Pé de Serra" tradicional e sem apoio público.

As decisões e definições de verbas públicas têm que diferenciar o que anda de pés soltos e folgados no mercado do que é cultura que anda sem sapatos e censuradas por sua compreensão crítica da natureza desigual do país e da ignorância que impede a população de ter acesso ao que não está estritamente ligado ao objetivo de transformá-los em consumidores insalubres e compulsivos.

Se não concordamos com a política posta, se somos cercados ora por um empresarialismo ora por uma burocracia estatal que terceiriza as ações culturais, cabe-nos minimamente dizer, dentro dos resultados e debates criados nesses projetos, que há a urgente necessidade de tornar os recursos públicos efetivamente públicos.

Nós não estamos fora do sistema capitalista e isto não está em pauta, ainda que o discurso aqui posto pareça socialista, fato é que há transposição de responsabilidades constitucionais relativas à cultura para esses proponentes culturais que por fim e ao cabo são subcontratados, assim reduzindo gastos que deveriam ser do Estado e com servidores públicos qualificados para entender a complexidade da demanda.

São enormes as contradições e riscos que se corre. Achar que é uma coisa que não é. Ser cooptado. Encantar-se com as migalhas que nos jogam, como se isso fossem entregas democráticas. Além disso, vivemos em um país continental, que o que serve em Presidente Prudente, não serve para Manaus e isso indefinidamente para outros lugares.

Identificamos aqui aspectos restritivos em comum aos demais locais do Brasil, mas sabemos que as ações são de estratégia e conteúdos distintos para cada uma dessas diversidades de nossa cultura e que, mesmo assim, e por essa diversidade íntegra, é que somos parceiros comuns e aos poucos nos unimos para sermos mais fortes e aumentar nossos sentidos em fazer a cultura e arte ser mais amplamente acessível ao público sem nos manter na pobreza e dependência.